



GRUPO DE ESTUDO DE ASPECTOS EMPRESARIAIS E DE GESTÃO CORPORATIVA E DA INOVAÇÃO E DA EDUCAÇÃO E DE REGULAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO - GEC

DEFINIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO REGULATÓRIA NO OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO

**TATIANE MORAES PESTANA CÔRTEZ(1);JOÃO MARCOS S CORREIA(1);DENISE TIEKO NARUTO(1);EVELINA MARIA DE ALMEIDA NEVES(1);KARINE REJANE DE OLIVEIRA FRANÇA LOUZADA(1);GABRIEL MIGUEZ LONGHI(1);MARCELLA LANZETTI DAHER DE DEUS(2)
OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO ONS(1);OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO ONS(2)**

RESUMO

O presente Informe Técnico apresenta o Modelo de Governança Regulatória adotado pelo Operador Nacional de Sistema Elétrico, definido a partir de um projeto coordenado durante os anos de 2019 e 2020 pelo ONS. Este modelo teve como objetivo estabelecer diretrizes para o Operador atuar, de forma integrada, antecipada e propositiva, nas discussões e mudanças regulatórias previstas para o setor elétrico brasileiro e mundial. A participação do ONS nessas discussões é relevante para possibilitar a coordenação e controle de um sistema elétrico cada vez mais moderno, eficiente e dinâmico além de viabilizar a transição energética.

PALAVRAS-CHAVE

Regulamentação, setor elétrico, modernização do setor elétrico, assuntos regulatórios, governança.

1.0 INTRODUÇÃO

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS tem suas atribuições e responsabilidades definidas por lei e por regulamentações, de modo que o exercício de suas atividades é diretamente impactado pelo arcabouço regulatório afeto ao Setor Elétrico Brasileiro - SEB.

As atividades exercidas pelo ONS como a coordenação e controle da operação da geração e da transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, a previsão de carga e o planejamento da operação do Sistema Isolado - Sisol, são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As alterações no cenário energético mundial provocadas por transformação digital, mudanças climáticas e inovações tecnológicas chegam ao contexto do Setor Elétrico Brasileiro ensejando evoluções regulatórias para viabilizar a introdução dessas novidades no contexto do SEB. Tais mudanças se tornam cada vez mais urgentes para possibilitar a modernização do setor, permitindo a entrada de tecnologias disruptivas e novas fontes limpas e alternativas de energia.

No entanto, a cada nova tendência que ganha espaço no cenário brasileiro inicia-se uma discussão regulatória a fim de possibilitar a penetração da nova fonte de energia ou da inovação tecnológica. Consequentemente, maiores complexidades são introduzidas nas atividades do Operador Nacional do Sistema Elétrico, que passa a ter o desafio de operar o sistema com uma multiplicidade de fontes, incluindo os impactos dos Recursos Energéticos Distribuídos, com tecnologias inovadoras e pouco conhecidas, e ainda atentando para os novos regulamentos estabelecidos para tal.

Além destas, a regulação da transmissão e a evolução dos modelos de mercado também ocupam espaço de destaque na agenda regulatória da ANEEL e demandam a atenção e atuação do ONS durante os processos de revisão junto à Agência Reguladora e à sociedade.

É nesse contexto que o ONS, um órgão técnico e regulado, identificou a necessidade de desenvolver um modelo de Governança Regulatória com objetivos e direcionadores específicos. Esse modelo possibilita ao Operador participar da formulação das decisões regulatórias, o que confere maior eficiência na implantação dos novos regulamentos, uma vez que aspectos relevantes à operação podem ser antecipados na etapa de preparação do regulamento. Adicionalmente, o Operador busca ampliar sua capacidade de influência externa, à medida que propõe temas relevantes à operação do SIN no presente e no futuro, considerando a transição energética, inovações tecnológicas, a transformação digital e a evolução dos modelos de mercado de energia.

No modelo de Governança Regulatória adotado pelo ONS, foram estabelecidos cinco direcionadores estratégicos para sua atuação regulatória, a saber:

- **Antecipação:** Planejar-se para o futuro, de maneira efetiva, proativa e robusta, com capacidade de captar, monitorar, disseminar e prever os impactos das transformações em curso;
- **Proposição:** Articular conhecimentos internos e externos para contribuir com a regulamentação do setor de forma antecipada, legitimada por competências técnicas, analíticas e relacionais reconhecidas pelo ecossistema;
- **Inovação:** Propor caminhos mais efetivos para desafios atuais e futuros, com olhar antecipador, integrador e propositivo de forma ampla, clara, empática e indutor de mudanças para o setor;
- **Integração:** Orquestrar os envolvidos, com visão regulatória, fortalecendo relações de confiança para viabilizar benefícios coletivos, de forma justa, transparente, empática e contextual; e
- **Agilidade:** Ser capaz de atuar, no tempo certo, de forma eficiente, eficaz, adaptável, interativa, democrática e organizada, com clareza dos objetivos e prioridades.

2.0 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A gestão de assuntos regulatórios do ONS remonta ao ano de 2006, com a criação de uma Assessoria para Assuntos Regulatórios, na Diretoria Geral, cujas atribuições eram acompanhar a regulamentação do setor e avaliar possíveis impactos nas atividades desempenhadas pelo Operador. Além disso, a Assessoria também coordenava as contribuições do ONS em Consultas e Audiências Públicas, bem como ações necessárias para cumprimento de novos comandos regulatórios, além de acompanhar as pautas e atas das reuniões públicas da ANEEL, divulgando internamente à organização os itens relevantes para a operação do SIN.

Em 2007, foi estruturado um processo de monitoramento e divulgação interna das legislações e regulamentações publicadas no Diário Oficial da União, cuja execução era intensiva em recurso humano. Em 2014, foram analisados aprimoramentos do processo de gestão das novas legislações e regulamentações do setor elétrico no ONS (1), com o objetivo de aumentar a eficácia da comunicação interna e reduzir o risco de descumprimento de comandos regulatórios pelo Operador.

Com base nesse estudo (1), em 2016 foi concebido com apoio da área de Tecnologia da Informação (TI) do ONS um sistema, denominado Base de Dados de Providências Regulatórias – BPREG, implantado em junho de 2017 para suportar as atividades de registro das regulamentações e de divulgação interna de forma ágil, centralizada e customizada, de acordo com os tópicos de interesse de cada colaborador do ONS. Além disso, com o BPREG foi criado um ambiente voltado para o acompanhamento das Audiências e Consultas Públicas do setor, no qual era possível arquivar e consultar os documentos disponibilizados pelo Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, informar as gerências envolvidas nas análises regulatórias, e armazenar as contribuições finais encaminhadas pelo Operador para os respectivos processos regulatórios.

Em novembro de 2017, o ONS passou por um processo de reestruturação organizacional quando foi criada na Diretoria de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios e a Gerência Executiva de Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios – RA. As atribuições da Assessoria de Assuntos Regulatórios foram transferidas

para a RA, incluindo a atividade de coordenar e aprimorar o processo de divulgação das informações regulatórias (BPREG). Além disso, considerando o contexto vigente de mudanças e inovações do setor elétrico, a RA também recebeu a atribuição de articular interna e externamente ações que promovam o desenvolvimento da regulamentação do setor e dos Procedimentos de Rede, coordenando internamente e externamente as discussões regulatórias, as análises de mudanças em processos, além de acompanhar prazos estabelecidos nas Tomadas de Subsídios, Audiências e Consultas Públicas, bem como aqueles estabelecidos em regulamentos publicados.

De forma a promover uma evolução na atuação do ONS frente às questões regulatórias setoriais, em 2018 a RA iniciou o processo para contratação de uma consultoria que apoiasse na definição de uma metodologia de trabalho e na estruturação de atividades com visão de médio e longo prazo. Dentre os pontos necessários para definição, destacavam-se o apontamento e tratamento de lacunas regulatórias, a proposição de aprimoramentos na regulamentação vigente ou de novas soluções regulatórias, o aumento da interlocução interna e articulação externa com as instituições, agentes e sociedade, e a divulgação de produtos regulatórios, como desdobramento dessas atividades.

Isto posto, em 2020 como resultado do denominado “Projeto Regulação”, a partir de métodos de gestão orientada a processos, foi estabelecida a Governança Regulatória do ONS, cujos objetivos foram definir uma estratégia e um processo para atuação do ONS em assuntos regulatórios no SEB, assegurar o alinhamento com o Planejamento Estratégico do Operador e definir as práticas para que o ONS esteja preparado para atuar de forma antecipada, propositiva, inovadora e integrada.

3.0 – MODELO DE GOVERNANÇA REGULATÓRIA DO ONS

Para atingir os direcionadores estratégicos apontados para a Governança Regulatória do ONS, e influenciar nas discussões regulatórias do SEB de modo antecipado, propositivo, ágil, inovador e integrado, foram definidas cinco etapas do processo de Gestão de Assuntos Regulatórios - GAR e as principais entregas regulatórias, conforme apresentadas na Figura 1 a seguir e nas etapas descritas na sequência.



FIGURA 1 – Processos e Entregas do Modelo de Governança Regulatória do ONS

PROCESSO 1 - ANTECIPAR AS TENDÊNCIAS REGULATÓRIAS

Este processo visa antecipar e prospectar as tendências do SEB e dos demais setores que influenciam e direcionam o desenvolvimento do setor elétrico, desde avanços tecnológicos e tendências econômicas e geopolíticas até a ocorrência de eventos fortuitos como a pandemia, por exemplo.

Para tal estão previstas avaliações de cenários, monitoramento de fontes de informação e captura de avaliações / percepções de especialistas do mercado sobre os assuntos que influenciam o SEB bem como aqueles que são tendência no mundo. As informações aquisitadas nessa etapa dão origem ao Radar Regulatório, que é uma lista de assuntos capturados do ecossistema regulatório e que quando organizados e estruturados subsidiam a elaboração do Mapa Regulatório do ONS. Essa sistemática foi ilustrada na Figura 2.

Sistemática de Captação de Temas Regulatórios



FIGURA 2 – Radar Regulatório

PROCESSO 2- ANALISAR O ECOSSISTEMA REGULATÓRIO

A partir das análises das tendências e dos dados aquisitados no processo anterior, inicia-se a etapa de identificação e seleção dos assuntos regulatórios que serão priorizados pelo ONS no horizonte de um a dez anos, bem como o registro inicial de aspectos a serem considerados nas discussões regulatórias com instituições e agentes setoriais.

O **Mapa Regulatório** é resultado dessa etapa de priorização dos assuntos no horizonte definido, sendo o principal produto deste processo. Com o Mapa Regulatório, o ONS define a melhor estratégia para tratar cada um dos assuntos regulatórios, criando grupos de trabalho multidisciplinares, antevendo a necessidade de aperfeiçoamento de processos, desenvolvimento de sistemas e de capacitação em novas competências para suportar as mudanças regulatórias e até mesmo disseminando o conhecimento entre os agentes setoriais. O Mapa Regulatório norteará os tópicos que serão tratados pelo ONS dentro dos horizontes estabelecidos para a atuação em cada tema, essa sistemática pode ser visualizada na Figura 3.

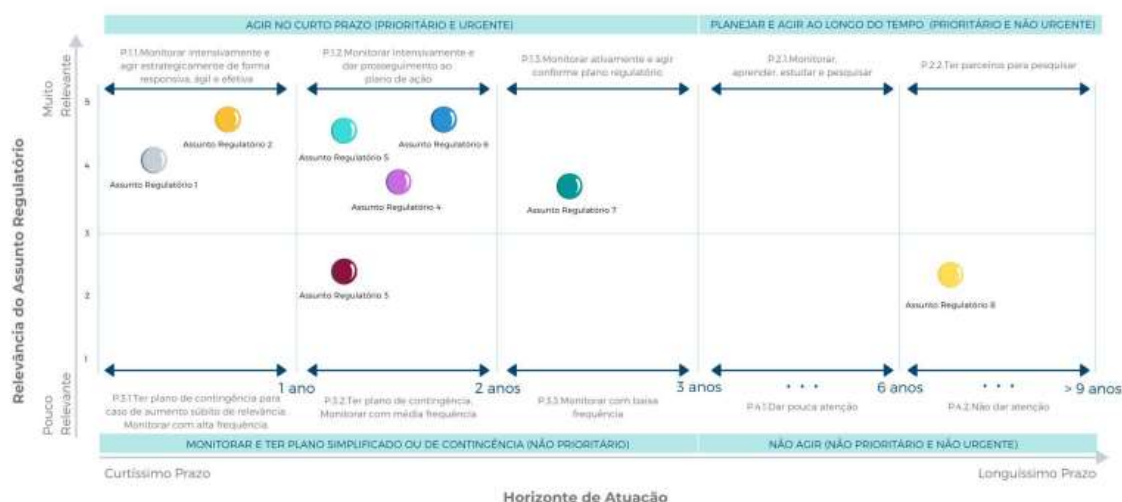


FIGURA 3 – Mapa Regulatório Relevância X Horizonte de Atuação

Ainda no processo 2, com base nas estratégias definidas pelos grupos de trabalho, é elaborado um **Plano Regulatório** para tratar cada assunto do Mapa Regulatório. Os planos contêm a definição da equipe multidisciplinar envolvida, os eventuais parceiros externos, os objetivos e impactos esperados, o cronograma das ações que incluem: o desenvolvimento das competências necessárias, a criação de projetos pilotos, a proposta final da nova regulamentação ou ajustes à regulamentação vigente e até mesmo o desenvolvimento de sistemas para suportar a nova atividade. O Plano Regulatório é mais um produto deste processo.

PROCESSO 3- PROPOR E ARTICULAR A EVOLUÇÃO REGULATÓRIA

De posse do Mapa Regulatório e dos planos regulatórios elaborados, o ONS conduzirá ações para propor e articular a evolução regulatória, integrando as diversas áreas do ONS com os parceiros e demais interessados nos assuntos regulatórios.

É também nesta etapa que o ONS se prepara para contribuir, participar e acompanhar as discussões sobre criação ou aperfeiçoamentos em instrumentos regulatórios. São elaboradas ou monitoradas as propostas regulatórias, inclusive realizando a mensuração dos impactos regulatórios das propostas do ONS, buscando as melhores práticas nacionais (2) e (3) e internacionais, para as quais foram utilizadas como referências instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, a agência britânica - Office of the Gas and Electricity Markets - OFGEM e a União Europeia - UE. O produto principal deste processo são as propostas de regulamentação.

É importante ressaltar que a atividade de proposição regulatória é praticada pelo ONS, desde sua origem como instituição do setor, no que diz respeito aos Procedimentos de Rede (PR), um dos principais produtos desse processo e que são parte integrante e importante do arcabouço regulatório do SEB.

Com a implantação do modelo de gestão de assuntos regulatórios, torna-se maior a estruturação e a integração para que a organização se antecipe às demandas e mudanças externas, e elabore propostas com maior agilidade e consistência, com o envolvimento de todos os interessados.

Outro ponto que merece destaque são as mensurações de impacto das mudanças regulatórias propostas pelo ONS, quando essas mudanças envolvem alterações em documentos dos Procedimentos de Rede cuja responsabilidade de aprovação é da ANEEL. Essa atribuição entrou em vigor a partir de janeiro de 2021, em conformidade com o estabelecido na Resolução Normativa ANEEL (4), sendo um importante instrumento para transparência e entendimento das motivações e benefícios das regulamentações propostas pelo Operador.

PROCESSO 4- IMPLANTAR E PRATICAR AS MUDANÇAS REGULATÓRIAS

Esse processo trata da implantação dos instrumentos regulatórios propostos no processo anterior, aprovados pelo poder concedente ou pela agência reguladora, que tiveram sua vigência iniciada. A **implantação** das novas regulamentações e o **funcionamento** do SEB em conformidade com as mudanças **são os principais produtos** deste processo.

As mudanças regulatórias são acompanhadas pelo ONS por meio de painéis e ferramentas para a gestão dos projetos que englobam mudanças em processos, em sistemas computacionais, e em comunicação e treinamentos do ONS. Adicionalmente, também se monitora a Conformidade Regulatória do Operador e a Conformidade Regulatória dos Agentes com relação atendimento aos comandos estabelecidos em Procedimentos de Rede. Esses programas fornecem insumos para o reinício do ciclo de Gestão de Assuntos Regulatórios, uma vez que identifica casos práticos para as discussões de melhorias regulatórias.

PROCESSO 5- AVALIAR OS RESULTADOS REGULATÓRIOS

Alinhados com a regulamentação aprimorada em 2019 (2) e em 2020 (3), e no intuito de avaliar a efetividade das regulamentações propostas e praticadas, o ONS estabeleceu no ciclo de gestão de assuntos regulatórios um quinto processo para avaliação dos resultados regulatórios.

O objetivo desse processo é apurar os resultados dos instrumentos regulatórios implantados. Para tal, devem ser avaliados os impactos verificados no desempenho do SEB para sociedade e para o mercado, a partir da prática do novo regulamento. Como resultado dessa análise, são propostas melhorias e aperfeiçoamentos para um novo ciclo regulatório, quando necessário.

A Avaliação de resultados regulatórios, é a última etapa do modelo de Governança Regulatória do ONS. De uma maneira geral, um dos objetivos do modelo estabelecido é estimular a produção de conhecimento e o desenvolvimento de competências, com reconhecimentos simbólicos e de reforço cultural pelos esforços e resultados, internos e externos, durante toda Gestão de Assuntos Regulatórios.

Isso permite ao ONS incentivar e promover o engajamento e a melhoria no comportamento dos atores da Rede Regulatória com a qual o ONS busca influenciar a evolução da regulamentação e da conformidade regulatória, conferindo benefícios ao setor elétrico e à sociedade brasileira.

O presente Informe técnico é um exemplo do **produto Reconhecimento Regulatório** aos colaboradores que conceberam e implantaram a gestão de assuntos regulatórios, junto com os parceiros internos e externos (ANEEL, MME, consultores e instituições) que permitiram os ganhos e resultados que serão apresentados na seção a seguir.

4.0 IMPLANTAÇÃO E RESULTADOS

Durante o ano de 2020, a partir da implantação dos processos 1 e 2 da Governança Regulatória do ONS, descritos na seção anterior, o ONS captou uma série de assuntos regulatórios importantes para o setor e os priorizou de acordo com critérios de relevância e horizonte estabelecidos para atuação em cada assunto. Estas ações resultaram no 1º Mapa Regulatório do ONS, de onde foram elencados e divulgados à sociedade os 11 assuntos prioritários para o ONS nos próximos 5 anos. São estes:

1. Recursos Energéticos Distribuídos (RED);
2. Usinas Híbridas;
3. Segurança Cibernética;
4. Instalações Estratégicas;
5. Liquidação Financeira Centralizada;
6. Contratação do Uso do Sistema de Transmissão;
7. Fim de vida útil dos equipamentos, reforços e melhorias;
8. Resposta da Demanda;
9. Uso múltiplo dos Recursos Hídricos;
10. Serviços Ancilares; e

11. Despacho e Preço por Oferta

Destaca-se que, destes 11 assuntos regulatórios, 9 possuem atividades relacionadas na Agenda Regulatória 2021-2022 da ANEEL (5). A seleção e atuação nestes assuntos busca a evolução regulatória no SEB para suportar de forma sustentável e segura o avanço tecnológico no setor, prover constante melhoria nos processos existentes e otimizar os recursos para a operação do SIN.

Em consonância com os processos de análise e proposição (processos 2 e 3) da Governança Regulatória, descritos na seção anterior, o ONS analisa Consultas Públicas, Audiências Públicas e Tomadas de Subsídios promovidas por instituições do setor elétrico, como MME, ANEEL e ANA, com objetivo de propor melhorias para a evolução regulatória do setor. Desde 2019, aproximadamente 130 ações de Consultas Públicas, Audiências Públicas e Tomadas de Subsídios foram acompanhadas, majoritariamente da ANEEL e do MME, das quais cerca de 60% resultaram em envio de contribuições pelo ONS.

Em relação à gestão dos Procedimentos de Rede (PR), recentemente o ONS estabeleceu três indicadores para monitoramento e aprimoramento deste processo:

1. Quantitativo de revisões de documentos aprovados (QRD);
2. Acompanhamento da revisão dos documentos (ARD); e
3. Duração média dos processos de revisão (DMPR).

O primeiro, o QRD, consiste na quantidade de revisões aprovadas em um determinado ano ou semestre.

TABELA 1 - Indicador de Quantitativo de revisões de documentos aprovados (QRD)

Semestral e anual	1º semestre de 2019	2º semestre de 2019	1º semestre de 2020	2º semestre de 2020	1º semestre de 2021
QRD	6	45	15	1	26
	51		16		26

O segundo indicador, o ARD, consiste na quantidade de documentos em revisão mensalmente.

TABELA 2 - Indicador de Acompanhamento da revisão dos documentos (ARD)

Mensal		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
ARD	2019	27	27	27	29	29	35	35	45	37	29	29	32
	2020	21	16	16	3	3	3	1	26	26	26	26	26
	2021	26	26	41	56	56	56	30	-	-	-	-	-

Por fim, o DMPR aponta a duração média, em dias corridos, dos processos de revisão concluídos em um determinado ano ou semestre.

TABELA 3 - Duração média dos processos de revisão (DMPR)

Semestral e anual	1º semestre de 2019	2º semestre de 2019	1º semestre de 2020	2º semestre de 2020	1º semestre de 2021
DMPR	199,50	248,86	158,50	203,00	313
	237,89		173,33		313

Estes indicadores estão sendo adequados para abranger os novos aspectos da nova estrutura dos Procedimentos de Rede. No escopo da gestão de assuntos regulatórios, serão estabelecidos também indicadores regulatórios como parte da etapa 5 da Governança Regulatória para mensuração e avaliação dos regulamentos implantados.

Em se tratando da Governança Regulatória, há de ser feito um destaque sobre a reestruturação dos PR que, por sua vez, foi um marco importante para a gestão de assuntos regulatório no ONS. Iniciada em 2017 (6) e aprovada em dezembro de 2020 (4), teve como principais objetivos:

1. Revisão textual para tornar o conteúdo mais objetivo e coeso;
2. Otimização da distribuição do conteúdo entre módulos e submódulos de acordo com os macroprocessos da operação do SIN;
3. Definição de competências de aprovação entre ANEEL e ONS para aprovação dos documentos de acordo com a afetação ou não de direitos econômicos dos agentes do setor elétrico ou dos consumidores; e
4. Implantação de ferramenta de gestão de conteúdo para os PR.

Para tal, o ONS desenvolveu e implantou, em conjunto com os Procedimentos de Rede reestruturados, o sistema ConsultaPR. Este sistema possibilita buscas avançadas dentro do conteúdo dos submódulos dos Procedimentos de Rede, assim como a disponibilização à sociedade de documentos em processo de revisão e recebimento de contribuições em relação ao conteúdo revisado. Desde a aprovação da reestruturação até a data de elaboração deste informe técnico, o ONS iniciou 6 consultas externas à sociedade quanto a revisões de PR, das quais foram recebidas e analisadas 31 contribuições.

O ConsultaPR é uma ferramenta importante na Governança Regulatória do ONS, uma vez que sua utilização se alinha com os objetivos da Governança Regulatória do ONS, provendo maior capacidade de captação de necessidades e proposição de melhorias regulatórias em PR. O acesso ao sistema é feito pelo portal SINtegre do ONS, através da aba de “Serviços” da página inicial ou pelos “Produtos dinâmicos” do processo de “Procedimentos de Rede e Assuntos Regulatórios”.

Por fim, com o objetivo de disseminar e incentivar a cultura de evolução regulatória, o ONS criou o produto Boletim Regulatório, publicado externamente a partir de novembro de 2020 como parte do processo de implantação da Governança Regulatória do ONS. O Boletim Regulatório é um produto acessível pelos agentes do setor na página de “Procedimentos de Rede e Assuntos Regulatórios” do portal de Relacionamento do ONS, SINtegre. Tem por objetivo divulgar assuntos regulatórios relevantes, bem como Audiências Públicas, Tomadas de Subsídios e Consultas Públicas que estão em acompanhamento pelo ONS em função dos possíveis impactos gerados nos processos do Operador.

5.0 – CONCLUSÃO

A Governança Regulatória do ONS, definida em 2020, é um marco para a organização e para o setor elétrico na medida que estabelece uma forma de atuação integrada, antecipada, ágil e inovadora para as discussões regulatórias que estão viabilizando a evolução do SEB.

Ao longo do projeto, foram realizadas entrevistas com agentes do setor, *benchmarking*, *workshops* e inúmeras reuniões internas, com o apoio de consultoria, o que resultou num modelo de governança composto por cinco processos contidos no macroprocesso de Gestão de Assuntos Regulatórios. Também fazem parte dessa governança a relação de produtos, a descrição dos papéis e responsabilidades dos diversos atores da rede regulatória, os horizontes de atuação, o detalhamento dos processos, bem como um plano para comunicação, suporte de tecnologia e capacitação dos envolvidos.

A transição da matriz energética e o aumento de complexidade do sistema elétrico brasileiro exigem que as instituições, os agentes e a sociedade participem proativamente na construção de um setor cada vez mais descentralizado, digitalizado, descarbonizado, porém também seguro e eficiente. As mudanças, em sua maioria, são ágeis e disruptivas e por isso, é fundamental que o ONS tenha os instrumentos e recursos apropriados para garantir que a coordenação e controle do sistema viabilize e amplie o desenvolvimento sustentável do setor.

A consolidação do modelo abrange implementações de curto, médio e longo prazo. O ONS almeja ser uma referência como contribuidor efetivo para evolução regulatória e modernização do SEB. Para isso, tem como objetivo ser um influenciador e viabilizador de inovações, a partir de conhecimento técnico que inclua também o viés regulatório e de inovação. Dessa forma, espera-se a redução de riscos, a redução da burocracia, o incentivo a novas tecnologias e investimentos no setor, facilitar a solução de conflitos e, principalmente, criar um ambiente propício para o avanço setorial em favor da sociedade.

6.0 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) MENDES. A. C. Aprimoramento do processo de gestão das novas legislações/regulamentações do Setor Elétrico. 2014. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Administração de Empresas) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

(2) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladora. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 121, p. 1-6, 26 jun. 2019. Brasil.

(3) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020. Regulamenta a análise de impacto regulatório. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 124, p. 35-36, 1 jul. 2020. Brasil.

(4) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Resolução Normativa nº 903, de 8 de dezembro de 2020. Brasil.

(5) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Portaria nº 6.665, de 18 de maio de 2021. Brasil.

(6) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Despacho nº 4.215, de 12 de dezembro de 2017. Brasil.

DADOS BIOGRÁFICOS



TATIANE MORAES PESTANA CÔRTEZ

Engenheira eletricitista formada na UFRJ em 2002 e Mestre em Planejamento Energético pela COPPE/UFRJ (2010). Possui Pós Graduação em Sistemas Integrados de Gestão pela COPPE/UFRJ (2002) e MBA em Gestão e Aspectos do Setor Elétrico, pela PUC/Rio (2011). Ingressou em 2003 no Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS atuando na coordenação de processos de Integração de Instalações de Geração e Transmissão ao SIN, Gestão de assuntos regulatórios e Procedimentos de Rede e no Relacionamento estratégico com Agentes e Instituições. Em setembro de 2021 assumiu a posição de Gerente Executiva de Regulação do ONS.

(2) JOÃO MARCOS S CORREIA

Com 24 anos de experiência na elaboração e implantação de regulamentações no setor elétrico, é engenheiro eletricitista pela UFRJ, com MBA em Aspectos Institucionais do Setor (IAG-PUC). No ONS participou da criação de regulamentações do SEB, como as de Acesso à Rede Básica; definição da modalidade de operação de usinas; Integração de Instalações ao SIN; e Segurança Cibernética. Iniciou sua carreira no PROCEL desenvolvendo políticas de eficiência, tendo passado pelo setor privado. Desenvolveu soluções digitais de apoio, além de treinamentos como o de Mensuração de Impactos Regulatórios. Recentemente cursou "Regulatory delivery" na Florence School of Regulation do European University Institute.

(3) DENISE TIEKO NARUTO

Formada em engenharia elétrica com ênfase em sistemas de potência em 2017 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizou intercâmbio acadêmico na University of Ontario Institute of Technology (UOIT), Canadá. Estagiou na Solera Sustainable Energy Company (Canadá), na Prátil (atual Enel X) e trabalhou na Omexom VINCI Energies, todas na área de geração distribuída. Em 2017, ingressou no Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS como Trainee na Gerência de Processos e Riscos. Atualmente é Engenheira Pleno na Gerência Executiva de Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios do ONS.

(4) EVELINA MARIA DE ALMEIDA NEVES

Especialista em Assuntos Regulatórios e PR no ONS desde 2020. Foi consultora Sênior e Sócia da Thymos Energia, responsável pela área Regulatória e Desenvolvimento de Mercado de 2016 a 2020. De 2000 a 2015 atuou no Mercado de Energia Elétrica nas áreas: Preços, Desenvolvimento de Novos Projetos, Regras, Monitoramento, Inteligência de Mercado e Desenvolvimento de Mercado, e foi líder da Assessoria Técnica e Econômica do Conselho de Administração da CCEE. Tem graduação em Engenharia Elétrica e recebeu os graus de Mestre em Engenharia Elétrica e Doutora em Física Computacional pela USP e MBA em Regulação do Mercado pela FIPE.

(5) KARINE REJANE DE OLIVEIRA FRANÇA LOUZADA

Engenharia eletricitista formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) em 2013. Possui MBA em Gestão de Processos pelo IBMEC, MBA em Gestão de Projetos pela FGV e MBA em Inteligência de Negócio pelo IGTI. Estagiou no Instituto de Energia da PUC - IEPUC, realizou iniciação científica pelo PIBIC-CNPq. Estagiou na Eletrobras na área de expansão de linhas de transmissão. Ingressou no Operador Nacional do Sistema Elétrico em 2013 como engenheira júnior na área de procedimentos de rede e de gestão de riscos. Atualmente é Engenheira Sênior em Assuntos Regulatórios e Procedimentos de Rede na Gerência Executiva de Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios do ONS.

(6) GABRIEL MIGUEZ LONGHI

Formado em engenharia elétrica pela UFRJ com ênfase em sistemas de potência, intercâmbio acadêmico na Brunel University (Londres), formação em Finanças pela Coppead e, atualmente, mestrando de engenharia elétrica na Coppe/UFRJ em sistemas de energia elétrica. Ingressou na área regulatória do ONS em 2018, onde atualmente exerce o cargo de Engenheiro de Assuntos Regulatórios e Procedimentos de Rede. Teve experiência também em estudos elétricos, com foco em estudos de curto-circuito, e manutenção de equipamentos em subestações.

(7) MARCELLA LANZETTI DAHER DE DEUS

Graduou-se em Maio/2005 em Engenharia Elétrica com ênfase em Sistemas de Potência pela Universidade Federal Fluminense-RJ. Em Março/2008 graduou-se Mestre em Engenharia Elétrica com ênfase em Sistemas de Potência pela PUC/RJ, e em Abril/2012 cursou especialização em Petróleo e Gás na UFF/RJ. Ingressou no ONS em 2008, onde adquiriu grande experiência profissional e conhecimentos sobre o Setor Elétrico Brasileiro, atuando no Processo de Integração de Instalações de Transmissão. Hoje, atua na Gerência de Assuntos Regulatórios, onde vem desempenhando um importante papel junto da equipe e se desenvolvendo em competências regulatórias.

